

São 3 as principais funções da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Proteção da Biodiversidade
Desenvolvimento Sustentável
Conhecimento Científico

realização:

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA
DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

Rua do Horto 931 - Instituto Florestal
São Paulo-SP - CEP: 02377-000
Fax: (011) 204-8067



UNESCO - Programa MaB - "O Homem e a Biosfera"



Caderno nº 6



AVALIAÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

Cinco anos depois de seu reconhecimento pelo programa
MaB-UNESCO

José Pedro de Oliveira Costa

**SÉRIE 1 - CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS**

Cad. 01 - A Questão Fundiária

Cad. 18 - SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SÉRIE 2 - GESTÃO DA RBMA

Cad. 02 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Cad. 05 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo

Cad. 06 - Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Cad. 09 - Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

SÉRIE 3 - RECUPERAÇÃO

Cad. 03 - Recuperação de Áreas Degradadas da Mata Atlântica

Cad. 14 - Recuperação de Áreas Florestais Degradadas Utilizando a Sucessão e as Interações planta-animal

Cad. 16 - Barra de Mamanguape

SÉRIE 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS

Cad. 04 - Plano de Ação para a Mata Atlântica

Cad. 13 - Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica

Cad. 15 - MATA ATLÂNTICA - Ciência, conservação e políticas - Workshop científico sobre a Mata Atlântica

Cad. 21 - Estratégias e Instrumentos para a Conservação, Recuperação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica

Cad. 23 - Certificação Florestal

SÉRIE 5 - ESTADOS E REGIÕES DA RBMA

Cad. 08 - A Mata Atlântica do Sul da Bahia

Cad. 11 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul

Cad. 12 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Pernambuco

Cad. 22 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro

SÉRIE 6 - DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Cad. 07 - Carta de São Vicente - 1560

Cad. 10 - Viagem à Terra Brasil

SÉRIE 7 - CIÊNCIA E PESQUISA

Cad. 17 - Bioprospecção

Cad. 20 - Árvores Gigantescas da Terra e as Maiores Assinaladas no Brasil

SÉRIE 8 - MaB-UNESCO

Cad. 19 - Reservas da Biosfera na América Latina

Caderno nº. 6

José Pedro de Oliveira Costa

AVALIAÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

Cinco anos depois de seu reconhecimento pelo programa
MaB-UNESCO

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



A Luiz Felipe Gonzaga de Campos, primeiro a propor um sistema brasileiro de áreas protegidas e que nos legou também algumas das mais belas descrições da Mata Atlântica

Este caderno é baseado em uma avaliação realizada no final de 1996 por solicitação do Banco Mundial e da União Mundial para a Conservação - UICN, os quais gentilmente concordaram com sua publicação. Considerando o interesse do tema foram feitas algumas adaptações que resultaram nesta edição. Serve este texto, de autoria do Presidente do Conselho Nacional desta Reserva da Biosfera, como ponto de reflexão e debate sobre um grande número de eventos e fatos já ocorridos. Busca também aclarar, tanto quanto possível, através da discussão dos temas que levanta, alguns caminhos deste trabalho para o futuro.



SUMÁRIO

| | |
|---------------------------|----|
| PREFÁCIO | 09 |
|---------------------------|----|

A. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

| | |
|--|----|
| Descrição dos principais problemas tratados. Contexto do programa e área da abrangência. | 11 |
| Evolução das iniciativas de proteção. | 14 |
| Do Tombamento à Reserva da Biosfera. | 20 |
| Metas e objetivos das iniciativas de proteção. | 22 |
| Breve descrição das abordagens, componentes e atividades, Evolução do programa. | 23 |
| Organizações envolvidas e Sistema de Gestão. | 25 |
| Doadores e financiamento. | 28 |

B. AVALIAÇÃO

| | |
|--|----|
| Resultados-chave desta iniciativa. | 31 |
| Fatores que contribuem ou dificultam os resultados. | 32 |
| Adaptações feitas durante o desenvolvimento da iniciativa. | 34 |
| Fatores que afetam a sustentabilidade do trabalho. | 35 |
| Fatores que afetam a reuplicação e o aumento de escala. | 36 |

Série Cadernos da
Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Editor: José Pedro de Oliveira Costa

Conselho Editorial: José Pedro de Oliveira Costa, Clayton Ferreira Lino, João Lucílio Albuquerque

Caderno nº 6
**AVALIAÇÃO DA RESERVA DA
BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA**
Cinco anos depois de seu reconhecimento
pelo programa MAB-UNESCO
Inverno de 1997

É uma publicação do
Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica,
com o patrocínio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e da
CETESB - Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Ambiental

Impressão: CETESB - Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Ambiental

Projeto Gráfico e

Editoração: Elaine Regina dos Santos e Dirceu Rodrigues

Revisão: João Lucílio R. Albuquerque

São Paulo
Inverno 1997

**Autoriza-se a reprodução total ou parcial
deste documento desde que citada a fonte.**



| | |
|---|----|
| Principais lições aprendidas para tornar efetivo o manejo do ecossistema. | 37 |
| Principais lições aprendidas no tratamento de projetos de ecossistemas. | 37 |
| Principais lições aprendidas para o envolvimento de comunidades. | 38 |
| C. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES | |
| Significados gerais para o manejo de ecossistemas_ | 39 |
| Recomendações. | 40 |
| QUADRO - Representação no Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. | 43 |
| ANEXO - Publicações e Relatórios já realizados pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. | 44 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 50 |

PREFÁCIO

Em outubro de 1991 foi reconhecida a fase I desta Reserva da Biosfera da Mata Atlântica por parte do MaB/UNESCO. As fases seguintes estavam todas homologadas em 1993. Passados cinco anos da declaração desta Reserva é de todo apropriado que haja uma avaliação de seu desempenho e uma ampla discussão com respeito ao seu plano de ação original, com vistas a uma revisão de seus objetivos e métodos. Esse trabalho deve, desejavelmente, ser realizado por especialistas capacitados de entidades alheias a este processo. Esta avaliação periódica é, inclusive, uma das recomendações que faz o Programa MaB para que se viabilize uma gestão eficiente e adequada das Reservas da Biosfera.

Coincidentemente fui convidado, no ano passado, pelo Banco Mundial e pela União Mundial para a Conservação - UICN para produzir um texto, cuja estrutura principal é a estampada neste caderno. Não havendo no momento condições financeiras para se contratar um grupo independente especializado para realizar uma ampla avaliação técnica, entendeu o Conselho Editorial desta Série "Cadernos" e o "Bureau" do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica que deveria ser efetivada esta publicação, com as informações que se seguem, com o propósito de provocar a discussão relativa a este tema.

Vale lembrar que no ano de 1994 o "Bureau" do Conselho desta Reserva realizou uma primeira avaliação dos nossos trabalhos, cujo produto foi referendado, nesse mesmo ano, em reunião plenária organizada na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo. O resultado desse esforço tomou o título de "Proposta de Roteiro de Atividades para o Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica". Várias das disposições aí especificadas foram levadas a cabo. Outras não, por falta de estrutura ou de meios financeiros. Parece também oportuno que se programe a repetição desse esforço do nosso "Bureau" a cada 5 anos.



Faltas, sabemos todos, temos inúmeras. Desde recursos até uma maior compreensão por vários setores da sociedade, incluídos aí muitos dos governamentais. Nossas necessidades são imensas. Até mesmo em nossa administração. É preciso ainda completar os planos de ação para a maioria de nossas Áreas Piloto. Falta-nos também apoio mais firme do legislativo. A lei de Proteção da Mata Atlântica, vital para a sobrevivência deste bioma, permanece adormecida no Congresso Nacional apesar de todos os nossos esforços por sua aprovação. Inevitavelmente serão necessárias ações políticas mais drásticas para garantir a visibilidade necessária à proteção de fato desta importante província florestal.

De minha parte entendo que se caminhamos menos do que gostaríamos, conseguimos porém uma série considerável de avanços. Só o mérito de ter alcançado manter vivo, funcionando e progredindo o processo desta Reserva já pode ser considerado um mérito em si, nesta região do mundo em que tudo é tão fugaz. Quero por isto agradecer a todos que acreditaram e continuam a acreditar nesta idéia que, estou convencido, é a que de forma mais abrangente se propõe a solucionar os graves problemas da Mata Atlântica, elevando-a a um patamar mais civilizado.

As perspectivas atuais são favoráveis. Há um grupo estudando o desenvolvimento de uma proposta específica para a Mata Atlântica junto ao PP-G7 - Programa Piloto de Florestas Tropicais do Grupo dos 7 países mais ricos. Se logarmos a maior parte das propostas hoje enunciadas poderemos chegar a um estagio entusiasmante. Espera-se com esta publicação provocar a discussão e a atuação mais ampla possível de todos os interessados com vistas a reforçar esse processo.

J. P. de Oliveira Costa

A. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Descrição dos principais problemas tratados. Contexto do programa e área de abrangência.

A Mata Atlântica era, à época dos descobrimentos, a segunda maior formação de floresta tropical da América do Sul. Abrangia então, em território brasileiro, uma área contínua de pouco mais de um milhão de quilômetros quadrados. Esta exuberante floresta, estendendo-se do paralelo 5°S ao paralelo 32°S, se desenvolvia por toda a costa Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil cobrindo terrenos de formação antiquíssima, com uma faixa de largura variável chegando, no interior, a atravessar as atuais fronteiras da Argentina e do Paraguai.

Dependendo principalmente da umidade que constantemente chega a essa região, trazida pelo Oceano Atlântico, sua característica atípica é o desenvolvimento na direção Norte-Sul. Esta ampla distribuição geográfica, sobre solos diferenciados, aliada a uma série de formações montanhosas litorâneas, que chegam muito próximo dos três mil metros de altitude, cria condições ambientais de diferentes temperaturas, insolação, nichos específicos e adaptações decorrentes de distintas eras geológicas que fazem dela uma das florestas de maior diversidade biológica de todo o planeta.

Historicamente foi a floresta que abrigou as primeiras iniciativas de colonização européia no país. Dela saiu o "pau-brasil" a madeira que, com sua cor avermelhada, semelhante à tonalidade das brasas, servia para a tintura do florescente mercado renascentista de tecidos. Essa foi a primeira riqueza a ser explorada pelos colonizadores e a que deu o nome à nação. Vários ciclos econômicos se desenvolveram desde então em suas terras férteis. O da cana-de-açúcar e o do café, entre muitos outros. Todos eles levando a uma sempre maior apropriação do território originalmente coberto por esta luxuriante floresta. De tal forma foi a pressão sobre esta mata que hoje dela restou, em território brasileiro, apenas cerca de 4% de sua área ori-



ginal com formações primitivas. E esses remanescentes se situam principalmente ao longo das serranias costeiras devido à dificuldade que o acentuado declive oferece ao uso da terra e ao corte das madeiras. Existem também outros 4% de formações secundárias de mata que são de grande importância para a proteção de sua biodiversidade. Esses escassos remanescentes de sua área original estão na sua maior parte fragmentados e em pequenas ilhas, exceto ao longo das serras do Sudeste e do Sul onde ainda persistem importantes corredores ecológicos. Por tudo isto a Mata Atlântica é hoje considerada como uma das principais florestas tropicais mais ameaçadas de extinção e um dos "hot-spots" de concentração da biodiversidade mundial, prioritário para sua conservação. Apesar de grandes ameaças ela ainda apresenta áreas de enorme importância biológica que merecem ser protegidas e em muitos casos ampliadas.

Como já vimos a exuberante biodiversidade desta floresta deve-se ao seu amplo desenvolvimento geográfico, que é resultado, principalmente, da umidade. Essa variabilidade territorial e topográfica e, em consequência, climática explica porque ela é uma floresta com grandes diferenciações biológicas. Assim as formações situadas mais ao Norte tem, segundo alguns especialistas, mais de 50% de suas espécies arbóreas diferenciadas daquelas situadas ao Sul. Aí a floresta já toma características de mata subtropical com o aparecimento de largas extensões em que há o domínio da **Araucária angustifolia**. Como grandes blocos florísticos podemos mencionar as formações ombrófilas densas do litoral, as florestas estacionais mais para o interior, bem como as diversas adaptações de transição para vegetações de clima mais seco do Brasil central e as matas ombrófilas mistas com araucárias da região Sul. Além disso convivem com ela diversos ecossistemas associados como por exemplo especializações florestais litorâneas e manguezais, adaptações e campos de altitude e muitas outras territorialmente menos representativas. Nesse portentoso conjunto florestal se encontra cerca de 80% das espécies brasileiras de animais ameaçados de extinção. Das 17 espécies de primatas da floresta atlântica 9 lhe são endêmicas e 10 estão seriamente ameaçadas. Sua fauna também apresenta

130 espécies de mamíferos, 51 delas endêmicas, 23 espécies de marsupiais; 57 espécies de roedores; 160 espécies de aves endêmicas; 183 espécies de anfíbios, 92% delas endêmicas; 143 espécies de répteis.

Resumidamente temos na região litorânea, no Nordeste, pequenas ilhas remanescentes de mata isoladas e ao Sul e Sudeste manchas mais expressivas cujo principal corredor se estende pelas Serras do Mar e Geral e chega a mais de 2.000 km de desenvolvimento. As áreas mais para o interior, situadas no planalto brasileiro, estão tão devastadas quanto a região nordestina, restando aí poucos, e por isso raros e importantes exemplares da mata primitiva.

Nesta ampla região se desenvolveram as principais cidades brasileiras. Uma população de mais de 100 milhões de pessoas depende hoje dos recursos naturais do rico solo original da Floresta Atlântica para sua sobrevivência. Apesar da umidade que o caracteriza, esse amplo território já apresenta problemas graves de abastecimento de água. Áreas de população tradicional convivem em espaços próximos aos dos setores econômica e tecnicamente mais desenvolvidos do país.

Assim é que a Mata Atlântica serve também de suporte e sustento a um grande número de culturas de subsistência que acumulam muitos fatores indígenas, ibéricos e africanos. São pescadores tradicionais com formas de vida e conhecimento profundo da natureza extremamente interessantes. Grupamentos rurais com tradições, modos de apropriação da terra e folclore magníficos. Verdadeiros laboratórios de conhecimento e valores sociais que merecem extremo cuidado e respeito. Apesar disso, em sua maior parte essas culturas estão pressionadas por aqueles que querem auferir lucros rápidos especulando com suas terras. Centros turísticos e atividades de produção vem destruindo esses "habitats", expulsando essa população de seus locais de origem, relegando-a a uma vida anônima, e na maioria das vezes indigna, na periferia das cidades. É certo que tem crescido a preocupação e consciência com relação ao abrigo a que essa gente tem direito, porém, ainda em um nível pouco eleva-



do. A destruição é bem mais acelerada que os poucos programas de apoio bem sucedidos. Se o setor de conservação da natureza precisa de muito mais atenção, mais grave ainda é o do desenvolvimento sustentável, bem como o de apoio a essas populações que não tem ainda sequer "status" de problema significativo a ser equacionado e resolvido. Nesse universo as populações costeiras já recebem um apreciável nível de atenções. As rurais muito poucas.

Evolução das iniciativas de proteção

Neste século as mais consistentes providências para a conservação da Mata Atlântica se iniciam na década de 30. Nesse período foi promulgado o Código Florestal Brasileiro com importantes disposições para a proteção de nossas matas. Em especial daquelas ao longo dos rios e das nascentes, das áreas de maior declividade e das situadas acima de 1.800m de altitude. Nessa mesma década tem início o sistema de áreas protegidas brasileiro através da criação dos nossos parques nacionais. O primeiro deles, o do Itatiaia, decretado em área da Mata Atlântica onde se acreditava então seria o ponto mais alto do país. Agora ele integra a zona núcleo de nossa Reserva da Biosfera. Hoje existem cerca de 300 áreas protegidas ao longo da Mata Atlântica, no Brasil, abrangendo um território de quase 2 milhões de hectares. Muito poucas dessas áreas verdadeiramente implantadas como é o caso do Parque Nacional do Iguassu*1. E esses parques têm as mais variadas características, desde o mais extenso deles, que é o Parque Estadual da Serra do Mar, situado no Estado de São Paulo, com seus 300 mil hectares, até áreas com menos de 50 hectares. Infelizmente a maioria delas, grandes ou pequenas, continua existindo apenas no papel.

Nessas áreas protegidas falta praticamente tudo. Desapropriação, pessoal, treinamento, abertura para visitantes, pesquisa e a educação ambiental. Os poucos estudos feitos são, no entanto, suficien-

tes para demonstrar sua importância. E não há uma diretriz ou esforço conjugado para se alcançar esses objetivos de consolidação em nível nacional, nem sinais de que a curto prazo será possível uma implantação consistente compatível com a importância e o significado desse conjunto. Ainda menos estudos detalhados sobre o que representam essas reservas, ou que novas áreas protegidas ainda serão necessárias para garantir a conservação de toda a biodiversidade deste ecossistema.

Apesar de várias outras medidas de proteção, além das já mencionadas, foi também neste século que se aprofundou a devastação dos remanescentes de Mata Atlântica que até o final dos 1800 ainda mantinha mais da metade de sua cobertura original. O avanço da fronteira agrícola, novas técnicas e mercados, a ocupação turística da costa, a excelência de nossas madeiras, entre elas o jacarandá da Bahia, levaram a uma aceleração das derrubadas. Muitos de nossos contemporâneos dão testemunho assustadores das enormes destruições e queimas perpetradas nas décadas de 40, 50 e 60. Numa reação de causa e efeito o aumento da devastação veio a proporcionar a ampliação da consciência a respeito da necessidade de proteção da natureza que se firmou a partir da década de 70.

Criaram-se desde essa época, várias associações de conservação da natureza, o processo se sofisticou, apareceram novas formas de proteção. Diversos estados deram início ao seu próprio sistema de conservação. Criaram-se polícias florestais em vários estados. Foi estabelecida, em nível nacional, a Secretaria Especial do Meio Ambiente como uma reação pós-Estocolmo-72. Mas a devastação era mais forte. O regime militar, ao qual o Brasil estava submetido, não era particularmente sensível às questões da natureza.

A idéia de se buscar o reconhecimento da Mata Atlântica como uma ampla Reserva da Biosfera do Sistema MaB-UNESCO e da proteção de seu corredor principal nasceu de uma constatação perfeitamente simples. Em 1974 o Instituto Florestal de São Paulo concluiu um estudo sobre os remanescentes florestais desse Estado o qual foi publicado no ano seguinte. Nesse trabalho ficava bastante claro

*1 - Este texto estava já sendo enviado ao prelo quando soubemos da invasão ao Parque Nacional do Iguassu perpetrada com a conivência e participação de diversas autoridades locais. Apenas este fato ilustra as dificuldades que enfrenta a conservação da natureza no Brasil.



que o que havia restado das outrora pujantes florestas da região estava confinado a uma estreita faixa ao longo do litoral. Isto, como já vimos, graças especialmente à topografia acidentada da Serra do Mar que havia impedido sua ocupação. Já existia nessa época a consciência de que para se proteger algumas das maiores espécies da fauna da Mata Atlântica seriam necessárias áreas naturais de pelo menos 50.000 hectares. Nesse tempo só existia, no Estado, o Parque de Jacupiranga com essa dimensão. Havia porém uma série de outras áreas protegidas de menor porte ao longo da Serra do Mar que não se conectavam entre si. Existia, como até hoje, todavia, um corredor contínuo de florestas nativas ao longo dessa cadeia montanhosa. Juntando-se as duas informações era simples como somar 2 + 2 para se concluir pela necessidade de proteção de toda essa extensa e contínua escarpa. Coincidentemente, um pouco antes, haviam sido lançadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE cartas na escala de 1:50.000 do Sudeste do país que facilitavam enormemente o entendimento espacial de toda essa ampla região.

Paralelamente o corte de madeira e a abertura de estradas nas áreas mais declivosas levava a deslizamentos e escorregamentos de grandes proporções com elevados prejuízos. A existência de agricultura nesses locais ainda provoca forte erosão. A implantação de projetos mal cuidados continuava a ocorrer sobre os estoques de florestas remanescentes ampliando a área devastada.

Várias outras razões além da conservação vieram corroborar posteriormente para a necessidade de proteção desse corredor. Entre elas a obrigatoriedade de manutenção da estabilidade geológica das encostas, e a enorme beleza paisagística desse conjunto aliada às crescentes possibilidades turísticas. Mais à frente subemos que a Mata Atlântica seria provavelmente a floresta tropical mais ameaçada de extinção de todo o planeta. Tudo isto reforçando a idéia original da necessidade de sua proteção. Nessa ocasião nasceram no Estado de São Paulo, em decorrência desses conhecimentos, duas iniciativas concomitantes. A do emérito Professor Aziz Nacib Ab'Sáber que propôs o reconhecimento como patrimônio natural da Serra do Mar

e a de iniciativa do autor destas linhas de criação de um amplo Parque ao longo dessa cadeia de montanhas. Alcançamos, em 1977, que o Governo do Estado decretasse o Parque Estadual da Serra do Mar, unificando várias áreas protegidas esparsas existentes então. Essa é, até hoje, como já dito, a mais ampla área protegida desse bioma com 300.000 hectares e cerca de 300 Km de extensão.

O reconhecimento desse conjunto todo como patrimônio natural de São Paulo só veio a ser alcançado em 1985, assunto ao qual voltaremos, com maior detalhe, logo adiante.

Depois disto, uma definição caso a caso desses corredores foi sendo realizada por cada um dos 14 Estados que se reuniram através do Consórcio Mata Atlântica. Na quase totalidade deles foram realizadas inúmeras reuniões. Inicialmente no nível dos órgãos ambientais estaduais. Posteriormente em foros mais amplos com organizações ambientalistas e representantes das Universidades. Em alguns casos houve consulta mais aberta, em audiências públicas, com os municípios e a população em geral. Pode-se afirmar que foi um processo participativo que chegou mesmo a ser amplamente debatido em vários seminários nacionais do qual puderam participar todos os interessados.

Ficou sempre claro, ao longo dos incontáveis encontros e debates realizados, que a Reserva da Biosfera não é, e nem deve ser, um poder paralelo que se contrapõe à ordem institucional existente no país. Os primeiros e desde sempre responsáveis pelas áreas protegidas existentes nesta Reserva continuam a ser seus legítimos gestores e têm a última palavra sempre sobre sua administração. Como participantes do Conselho desta Reserva esses órgãos colaboram na formulação da política da Reserva da Biosfera. O papel desta Reserva é o de propor e colaborar com soluções e metodologias que sirvam para a consolidação do conjunto na permanente busca do fortalecimento mútuo e do estabelecimento de metas comuns. A Reserva da Biosfera é portanto uma instituição colaboradora, proponente e fomentadora. Desempenha também tarefas de troca de informações, busca conjunta de soluções e recur-



tos em nível nacional e internacional. Seu Conselho procura através de moções, resoluções e recomendações fazer com que sejam sempre respeitadas as leis ambientais e, ao mesmo tempo, fortalecer as instituições que participam de seu sistema.

Assim reforça-se, de todas as maneiras possíveis, através do Conselho Nacional desta Reserva a necessidade de consolidação das áreas protegidas existentes e a criação de novas quando necessário. Exemplo maior deste trabalho é a publicação já realizada de dois cadernos desta nossa série sobre este tema. Um sobre a necessidade de solução da questão fundiária das áreas protegidas. Outro, de autoria de Ibsen Câmara, como um tipo de estratégia de conservação de sua biodiversidade.

Porém para se garantir a conservação das espécies da Mata Atlântica não é suficiente proteger as áreas remanescentes localizadas nos Parques e ao longo das encostas. É preciso também trabalhar em escala mais ampla recuperando áreas, hoje degradadas, existentes nos interstícios entre remanescentes primários ou secundários. Muitas das áreas que precisam ser recuperadas já estão indicadas nas zonas de amortecimento (tampão) das cartas desta Reserva aprovadas pelo Sistema MaB-UNESCO. Para isto o Conselho vem desenvolvendo várias tarefas. Pesquisa, divulga e publica, textos sobre o tema. Realiza cursos sobre esta questão. Publicou um de nossos cadernos sobre recuperação de áreas degradadas. Está em contato com o Governo Federal procurando que seja realmente implantado um amplo programa com esse objetivo a nível nacional.

A viabilização desta Reserva e das muitas outras idéias que ela suscita está sendo buscada em dois níveis. No global através do Conselho Nacional. No regional através de Comitês Estaduais. Assim já estão em funcionamento, hoje, ou em processo de se conformar, 14 Comitês Estaduais. Estes tem a participação dos membros do Conselho Nacional de cada estado. Devem também ter composição paritária entre representantes governamentais e não governamentais. Nesses Comitês formulam-se as políticas específicas desta Reserva para cada estado e suas Áreas Piloto. Forma-se assim uma

rede de comitês que seguindo uma mesma metodologia e orientação participa decisivamente na consolidação da Reserva como um sistema de 14 espaços administrativos integrados. As fronteiras desses estados, modo geral mais distantes dos principais centros urbanos, são regiões onde há maior persistência de remanescentes da floresta. Assim a Reserva tem colaborado também para que haja uma visão integrada e profícua nas zonas de divisa entre os estados que a compõem. Esta colaboração é um dos fatores positivos deste trabalho.

Na verdade o conjunto de preocupações existentes para o conhecimento, conservação e a aplicação do desenvolvimento sustentável na área dos remanescentes de Mata Atlântica é antes de mais nada um amplo e complexo processo. A imensa quantidade de ações necessárias deve passar por uma mudança substantiva da mentalidade de mais de 100 milhões de pessoas que vivem na área de influência da Mata Atlântica. Apenas esta Reserva da Biosfera ocupa espaço físico de mais de 29 milhões de hectares. Este processo tem que ser evolutivo, educativo, participativo, político e responder à ansiedades culturais e sócio-econômicas. Depende do reconhecimento de diversos setores da nação desde a classe política, empresarial às camadas menos favorecidas. Para isto é chave o entendimento de sua múltipla complexidade. Não se muda uma mentalidade cultural historicamente destrutiva apenas com um punhado de boas idéias.

Portanto, é preciso atuar no campo da cultura, da educação, da legislação, da ciência, economia e etc. É uma tarefa hercúlea. Mas há possibilidades de sucesso. Uma constatação importante é a de que há vinte anos atrás nem se sabia direito o que era Mata Atlântica. Hoje o conceito está definido legalmente e seus remanescentes oficialmente protegidos. A cultura ambiental mudou muito, e em pouquíssimo tempo, diversos comportamentos. O apoio da juventude é muito alvissareiro. A colaboração internacional indispensável. Temos a consciência de que esta Reserva da Biosfera é um processo. Para que seja viabilizado é preciso a cooperação de muitos outros setores, além do nosso sistema. Nos relacionamos permanentemente, em conseqüência disto, com a Rede de ONGs da Mata



Atlântica, com políticos, órgãos de imprensa e tantas outras forças vivas ao limite de nossa capacidade. Quaisquer outras colaborações nessa direção são necessárias e sempre bem vindas.

Do tombamento à Reserva da Biosfera

Há na região litorânea do Estado de São Paulo, muito próxima ao Trópico de Capricórnio, no sopé da Serra do Mar, uma cidade industrial chamada Cubatão. Os efluentes químicos das inúmeras indústrias aí situadas são extremamente danosos. Tamanho era o coquetel poluidor dessas empresas nas décadas de 60 e 70 que a floresta, velha de incontáveis milênios, localizada no Parque Estadual da Serra do Mar, que lhe é vizinho, foi destruída por esses efluentes aéreos. Com a perda da mata a estabilidade do solo declivoso se fragilizou e nas fortes chuvas do verão de 1985 houve um enorme escorregamento de terra que chegou a pôr em risco a própria segurança das indústrias que ali se situam. O assunto foi amplamente divulgado. Houve uma forte comoção popular. Era preciso que o Governo fizesse alguma coisa.

Nesse período as ONGs ambientalistas já operavam com razoável desembaraço no Brasil. Uma das suas fortes reivindicações era que se reconhecesse como área de patrimônio natural toda a encosta do litoral paulista. Depois de estudos acelerados esse reconhecimento ocorreu a 5 de junho desse mesmo ano em cerimônia bastante concorrida. Foi uma mudança de escala no tratamento da proteção da Mata Atlântica. Numa só iniciativa se declarava, através do tombamento, a proteção de 1,2 milhões de hectares de floresta. Mais de 80% dos remanescentes dessa mata no Estado de São Paulo.

O tombamento é o reconhecimento do significado cultural e da importância de se proteger este patrimônio da natureza. É medida administrativa que implica no entendimento e cooperação dos proprietários. Ao mesmo tempo ele é conduzido, na maioria dos casos, por conselhos compostos, em grande parte, por respeitáveis professores universitários, alguns deles muito combativos na defesa dos bens

de interesse comum. É figura de atuação mais branda que a desapropriação, porém bastante respeitada no Brasil. À época essa iniciativa teve larga repercussão positiva. O vizinho Estado do Paraná resolveu então tomar uma medida idêntica. E também tombou, em área contígua, sua parte da Serra do Mar, no ano de 1986, em toda a extensão de seu território. Estava aberta a perspectiva para um programa de nível Nacional. Realizou-se por convite do Governador de São Paulo, Franco Montoro, no Palácio dos Bandeirantes, nesse ano, uma reunião dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e de Santa Catarina com essa finalidade. Mas ainda faltava o principal.

Os Estados de São Paulo e Paraná foram então ao Banco Mundial solicitar recursos para viabilizar suas ousadas iniciativas. Lá encontraram guarita para esse pleito onde, coincidentemente, estavam sendo iniciadas tratativas para a elaboração de um Programa Nacional do Meio Ambiente-PNMA para o Brasil. Este era, então, o maior programa a ser negociado pelo BIRD para o setor ambiental com qualquer país. Entramos nesse programa, numa fase 1 - Floresta Atlântica: Serra do Mar, e alcançamos o financiamento de cerca de 25 milhões de dólares para os cinco Estados que iniciaram este trabalho de forma integrada. O compromisso pedido e atendido por esses estados era o de formar um Consórcio para tratar conjuntamente das questões de conservação e de desenvolvimento sustentado da Mata Atlântica. Além disso os envolvidos se comprometeram também a buscar o tombamento dos remanescentes dessa floresta e o seu reconhecimento como uma abrangente Reserva da Biosfera do Sistema MaB-UNESCO.

O Consórcio Mata Atlântica foi formalizado em 1988. Através desse programa se conseguiu uma série de importantes iniciativas de proteção da floresta. Experiências foram intercambiadas. Criaram-se novas polícias florestais, renovou-se a frota das já existentes, ampliaram-se batalhões. Houve investimento na implantação de áreas protegidas e na educação ambiental. Este Consórcio atraiu o interesse de outros estados que em duas novas etapas se juntaram a ele.



Hoje são 14 os estados que aderiram aos seus princípios de trabalho conjunto. Em 1990 o Consórcio fez a proposta do reconhecimento de parte dos remanescentes de Mata Atlântica como uma das Reservas da Biosfera do Sistema MaB, que ficou conhecida como Fase I. No ano seguinte foram concluídos os estudos da Fase II que também foi enviada e homologada pela Unesco - Paris. Pensava-se em parar pela fase III. Só que, nesse momento os ecologistas do Nordeste reivindicaram, com ênfase, também participar do processo. Pela atuação coordenadora de uma ONG, a Sociedade Nordestina de Ecologia-SNE, foi possível adendar-se uma fase IV ao processo. As duas últimas etapas foram também reconhecidas pelo Sistema MaB-UNESCO no ano de 1993. Além dessas agregou-se também à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica uma iniciativa paralela para a proteção do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

Metas e objetivos das iniciativas de proteção

Um dos principais objetivos deste trabalho é buscar por todos os meios possíveis que cesse a destruição de um importantíssimo patrimônio genético do país e da humanidade. Para isto é preciso conscientizar, educar e informar, de forma clara objetiva e constante. Um problema de tão ampla distribuição geográfica requer uma visão abrangente, a busca de uma mesma linguagem e a soma de forças técnicas e políticas. Note-se que o Nordeste brasileiro é uma região pobre, com grandes dificuldades na área sócio-econômica. Já no Sul e Sudeste, mesmo com seus inúmeros problemas, está acumulada a maior riqueza econômica, técnica e científica do país. As diferenciações regionais tem portanto que ser superadas em função de objetivos comuns.

Para garantir a proteção e a recuperação do que restou é preciso um pacto com a população que reside junto a esses remanescentes. A única forma possível de alcançar esse acordo é melhorando suas condições de vida. A necessidade imperiosa é a do desenvolvimento sustentável. Para que tudo se torne possível é preciso haver ordenamento territorial e isto só se alcança através do zoneamento.

E esse zoneamento em escala macro, seguindo as diretrizes do Sistema MaB-UNESCO, foi realizado por grupos bastante amplos e interdisciplinares que trabalharam em cada uma de nossas regiões.

Nesse sentido volta-se a uma das questões básicas deste programa que é a manutenção e/ou recuperação de corredores ecológicos. Hoje há áreas tão pequenas de remanescentes que são insuficientes para proteger a fauna e a flora que nelas ainda perdura. É preciso uní-las à outras áreas vizinhas ou agregar-lhes áreas de recuperação, sempre que isto for possível. Mais que tudo é preciso trabalhar em sintonia com a população residente e criar a preocupação pela preservação e pelo desenvolvimento sustentável. Em grandes linhas pode-se dizer que o principal e mais ambicioso objetivo deste trabalho é o de mudar a escala do tratamento da proteção da Mata Atlântica. Para isto é necessário mudar a mentalidade existente sobre a questão na maioria do povo.

Breve descrição das abordagens, componentes e atividades. Evolução do programa

Neste contexto, "Reserva da Biosfera" era o conceito que melhor se adequava às nossas necessidades. Ele determina a necessidade da existência de um zoneamento, de base científica e do respeito e envolvimento da população. O reconhecimento da UNESCO é também interessante pela visibilidade que traz, especialmente no Brasil. É preciso lembrar que esta foi a primeira das Reservas da Biosfera a ser reconhecida no país. Isto porque o Governo Militar, que perdurou por mais de duas décadas, tinha por princípio não aceitar nenhum compromisso externo com respeito às nossas áreas naturais por xenofobia relacionada a um hipotético desrespeito à nossa soberania.

A forma de quebrar essa aresta foi política. Antes da eleição presidencial de 1989, a primeira depois de 25 anos, as ONGs brasileiras resolveram elaborar uma plataforma ambiental mínima que foi apresentada a todos os candidatos. Nessa plataforma foi colocada a necessidade de reconhecimento dos principais remanescentes da Mata



Atlântica como uma abrangente Reserva da Biosfera. O candidato que venceu as eleições havia se comprometido com essa proposta. Estava finalmente aberta a porta para os entendimentos com a UNESCO.

As principais atividades do programa são de divulgação das necessidades básicas de conservação e do desenvolvimento sustentável. Para isto periodicamente, como já citado, se editam e distribuem cartazes, cadernos e folhetos, com mapas e explicações referentes às principais questões desta Reserva em linguagem de fácil compreensão. Trabalhamos também com seminários temáticos ou de avaliação em nível nacional e regional.

Os princípios básicos da Reserva são a cooperação e a flexibilidade. Assim quando um estado está com problemas procura-se ajudá-lo. Houve momentos em que se deu grande troca de apoio técnico para não se perder a ação conjunta. Quando há resistências políticas em um setor busca-se avançar logo adiante e depois voltar para solucionar o que não foi possível em determinado momento. Tenta-se ao máximo trabalhar em busca de consensos e para isto é preciso que se compreenda as necessidades de todas as partes.

As ONGs brasileiras e internacionais tem nos ajudado. A Fundação Conservation International editou um vídeo sobre esta Reserva da Biosfera que foi amplamente divulgada pela televisão brasileira. Também a imprensa nos tem sido simpática. E isto é muito importante. No setor de consolidação da imagem e valorização de iniciativas criamos o Prêmio Muriqui - **Brachyteles arachnoides** que é o maior primata das Américas, endêmico da Mata Atlântica, cuja figura está no nosso logotipo estampado na capa desta edição. Temos distribuído de dois a três desses galardões por ano.

Neste tópico não é possível deixar de fazer menção à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a RIO-92. Foi principalmente a realização desse importantíssimo evento, em nosso país, que ofereceu o momento político para que pudéssemos avançar e comprometer tantos agentes diferenciados neste processo.

Organizações envolvidas e Sistema de Gestão

Inicialmente este trabalho contou com o envolvimento dos Estados e do Governo Federal através do Consórcio Mata Atlântica. Depois do reconhecimento da UNESCO, para gerenciar nossas atividades, foi criado o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica composto paritariamente por membros governamentais e da Sociedade Civil. São 14 representantes dos Estados, 4 do Governo Federal e um da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente. Do lado privado há 6 representantes de ONGs ambientalistas, 6 de Universidades, 6 de moradores e um de empresários. Distribuídos equitativamente pelas 3 regiões do país abrangidas pelo programa. Este Conselho se reúne periodicamente, tem um "Bureau" para facilitar suas atividades, é o responsável pelas principais decisões políticas com respeito à Reserva. Decidiu, há dois anos, trabalhar com a estratégia de Áreas Piloto para buscar resultados de curto prazo e efeito demonstrativo. Essas áreas já foram definidas em todos os estados e em diversos deles já estão com os trabalhos bastante adiantados. Fazem parte também do sistema os já mencionados Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica que são os responsáveis pela implantação dos programas no campo.

Para a escolha dos representantes da Sociedade Civil no Conselho contamos com a colaboração da rede de ONGs da Mata Atlântica. Estamos também envidando esforços para consolidar seis Grupos Científicos Temáticos que seguem a organização das Comissões da União Mundial para a Conservação - UICN. É feita através desses grupos a eleição dos membros das Universidades no Conselho. Trabalhamos com indicações de lideranças de grupos de moradores, em especial daqueles de população tradicional.

Durante a fase de constituição da Reserva, nos anos de 91 a 93, contamos com o privilégio da colaboração especial da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP que é uma das mais prestigiosas do país. Isto graças, principalmente, à alta visão cívica e ambiental do emérito Professor Hermógenes Leitão de Freitas Filho e ao entu-



siasmo que este trabalho nele despertou. No momento estamos cientes da necessidade de ampliar nossa colaboração com as comunidades tradicionais e de tornar efetivas as propostas de desenvolvimento sustentável. Estamos preparando uma edição desta série Cadernos sobre esse tema.

As possibilidades e oportunidades mais maduras para uma visão abrangente das questões deste ecossistema em nível nacional estão do lado da sociedade civil. O melhor documento a respeito da conservação deste bioma, é o "Plano de Ação para a Mata Atlântica" de autoria de Ibsen Câmara publicado pela Fundação S.O.S. Mata Atlântica em 1991 com a colaboração do WWF. Trata-se de um documento detalhado, inspirado nas estratégias nacionais de conservação da UICN que, além de um competente diagnóstico do seu estado de proteção apresenta uma lista significativa de atuações prioritárias. Como forma mais adequada para expressar o trabalho dessas organizações temos a rede de ONGs e o Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Neste último discute-se a proposta de uma Política Nacional para a Mata Atlântica cujos pontos principais, que vão a seguir elencados, já foram aprovados pela Câmara Técnica da Mata Atlântica do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Dentro desse processo tenta-se agora sensibilizar, em primeiro lugar, o Governo Central para sua aceitação e implementação.

Essa **Política Nacional de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica** trata, resumidamente, de questões como as seguintes:

I - Integração de Esforços e Definição de Estratégias

Definir conjuntamente, no maior consenso possível, quais são as ações prioritárias, quem poderá executá-las e de onde virão os recursos.

No nível estatal são responsáveis pela conservação e uso sustentado da Mata Atlântica os Governos Federal, 16 Estados, 14 dos quais

já contemplados por esta Reserva, e várias centenas de Municípios. Outras centenas de ONGs tem essa tarefa como objetivo, além de incontáveis empresas e particulares que se relacionam diretamente com esta questão. Para que se alcance um patamar razoável de eficiência nas ações é primordial que se encontre, através do diálogo, um número considerável de metas comuns, com distribuição de tarefas e determinação de prioridades. Os custos desse empreendimento são bastante altos e é necessário que se alcance também a maior cooperação financeira possível.

II - Proteção dos Remanescentes de Mata Atlântica

Definir como implantar de fato as áreas protegidas com solução de seus problemas fundiários, fiscalização, pesquisa, educação, participação, financiamento, etc.

Para esta finalidade a aprovação de uma nova lei sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, que já tramita há anos na Câmara Federal é de grande importância. Para dar uma idéia da complexidade desta questão apenas a solução dos problemas fundiários das áreas protegidas, hoje existentes, requer recursos da ordem de dois bilhões de dólares americanos. Aqui também toma corpo na sociedade brasileira um sistema de áreas protegidas particulares sem o qual não se atingirá o objetivo maior que é o de proteger a biodiversidade da Mata Atlântica.

III- Recuperação de Áreas Degradadas

Definição da continuidade do programa já proposto com a indicação das áreas prioritárias em cada estado (Áreas Piloto da Reserva da Biosfera), corredores ecológicos, silvicultura social, parceiras, financiamentos, pesquisa, divulgação e outros.

Muitos dos parques hoje existentes ou áreas de proteção legal estão parcialmente degradados. Além disso várias das nossas áreas protegidas não dispõem do tamanho mínimo necessário para garantir a total proteção de suas espécies. Para isto é fundamental a recuperação de corredores ecológicos. Uma boa quantidade desses con-



ceitos já está consideravelmente arraigada nos grupos que tratam da conservação da Mata Atlântica por todo o Brasil.

IV - Desenvolvimento Sustentável na Área da Mata Atlântica

Aprofundamento das parcerias já existentes. Reforço às culturas tradicionais com ampliação do diálogo. Criação de um fundo ou Banco de Desenvolvimento Sustentável. Divulgação das experiências mais bem sucedidas. Desenvolvimento de pesquisas e programas.

Para mencionarmos apenas as populações tradicionais que hoje vivem ao longo dos remanescentes da Mata Atlântica pode-se dizer que são dezenas de culturas, cada uma com suas características e suas necessidades próprias. Conhecer seu modo de produção, seu cotidiano, suas formas de atuar, de tomada de decisão e sua relação com a natureza é tarefa, em muitos casos, já iniciada porém ainda não consolidada. Este é também trabalho dinâmico e participativo que requer o entendimento certo, sensibilidade e poder de decisão. As ameaças a essas culturas, por outro lado, são fortes e crescentes. Conceituar corretamente essas questões, treinar equipes, sensibilizar autoridades, desenvolver projetos, realizar seminários, são apenas algumas das necessidades deste setor.

V - Informação, Divulgação e Educação Ambiental

Reativação de seminários nacionais sobre temas importantes para a Mata Atlântica, criação de manuais, treinamento de agentes, desenvolvimento de material, maior envolvimento da imprensa, campanhas educativas, etc.

Doadores e financiamento

Nosso principal doador até o presente momento foi o governo brasileiro dentro do Programa Nacional para o Meio Ambiente-PNMA desenvolvido através de empréstimo junto ao Banco Mundial. Esses recursos, como mencionado, foram da ordem de 25 milhões de dólares para cinco Estados. Outros 12 milhões foram destinados para

as áreas protegidas federais da Mata Atlântica dentro desse mesmo programa. Tem sido expressiva também a colaboração da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo que mantém um escritório e cinco funcionários dedicados exclusivamente à coordenação geral desta Reserva. Temos ainda os financiamentos para as áreas protegidas da Mata Atlântica feitos pela KfW - Agência Financiadora Alemã que tem crescido e são bastante alvissareiros. A maioria dos Estados envolvidos tem participado com somas diversas para este programa.

Recebemos uma doação para o Consórcio Mata Atlântica da Fundação norte-americana MacArthur que nos foi de muita ajuda. A Fundação Conservation International nos presta também importante colaboração técnica e no nível de divulgação. Da UICN recebemos 5 mil dólares em 1992. A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e o FNMA - Fundo Nacional para o Meio Ambiente são colaboradores constantes.

Como financiamento indireto temos o trabalho voluntário de inúmeras pessoas, especialmente das ONGs e das Universidades, que tem sido de imensa importância.

Fazemos um balanço financeiro anual dos recursos que são cuidados especificamente pelo sistema de coordenação da Reserva. Os demais programas, gerenciados diretamente pelos Estados e pelas ONGs, contam com nosso acompanhamento e incentivo, sempre que é o caso. Preparamos também anualmente um Relatório de Atividades que é enviado aos nossos colaboradores e financiadores. Agradecemos sempre a indicação de fontes de recursos de manutenção do programa e para o desenvolvimento de novos projetos.



B. AVALIAÇÃO

Resultados chave desta iniciativa

O resultado mais palpável, de grande alcance, deste trabalho foi o estudo e o zoneamento, mesmo que ainda a nível mais geral, de cerca de 80% dos remanescentes de Mata Atlântica em 14 Estados brasileiros. Em 11 deles o trabalho rastreou todos os remanescentes significativos dessa floresta e incluiu-os na Reserva da Biosfera. Mais que isto esta Reserva da Biosfera é um reconhecimento oficial feito por esses Estados, endossado pelo Governo Federal e avalizado pela UNESCO. Trata-se portanto de um compromisso formal com uma entidade internacional o que tem, além de força moral, peso jurídico. Ou seja, as zonas núcleo desta Reserva estão oficialmente protegidas. As zonas de amortecimento e transição indicadas para a recuperação e o desenvolvimento sustentável. No total são 290.000 quilômetros quadrados de área com seu zoneamento já realizado no nível requerido pelo programa MaB. É ainda o mais alto reconhecimento da importância desses remanescentes que se pode almejar a nível internacional.

Também neste processo ficaram claras as principais prioridades para a conservação e o desenvolvimento sustentável de uma ampla e importante região. E essa região passa a ter um entendimento moderno da questão ambiental e a usar uma linguagem comum, permitindo assim a ampliação do diálogo, da participação e da colaboração. Ficaram ainda identificados, e em muitos locais equacionados, os principais problemas desta floresta. Está estabelecida com clareza a necessidade de manutenção e recuperação de corredores ecológicos.

A integração de linguagem e de esforços levou à criação de uma alavanca política. Todos passam a ter maior consciência da importância dos problemas e a se apoiar mutuamente para sua solução. Em grande parte dos casos há, como já vimos, interessantes e relevantes questões de conservação que são transfronteiriças. Sua so-



lução fica também grandemente facilitada com a cooperação entre os estados.

O Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e seus Comitês Estaduais passam a ser fóruns legítimos de debates sobre as questões deste bioma. Como tal são órgãos com capacidade para formular políticas nacionais e regionais e também com capacidade de diálogo com Governadores e Ministros de Estado. Dialogam e são reconhecidos pelo Congresso Nacional e pela Presidência da República. Abre-se importante capacidade de diálogo e de cooperação a nível internacional.

Os projetos que de fato são executados, apesar de ainda em quantidade insuficiente, tem visibilidade e funcionam como elementos demonstrativos e de estímulo. Com isto se amplia o número de parcerias. Consegue-se despertar o interesse de cooperação legítimo de alguns setores produtivos. Verdade seja dita que a visibilidade acirra também reações contrárias de setores que se sentem prejudicados em suas iniciativas predatórias.

Alcança-se por fim a consolidação de leis e de decretos de proteção no nível federal e estadual. Em muitos estados repete-se o dispositivo alcançado na Constituição Federal do reconhecimento da Mata Atlântica como Patrimônio Nacional.

Fatores que contribuem, atrasam ou dificultam os resultados.

Quando este processo foi iniciado havia trabalhos, ou pelo menos uma preocupação latente com a Mata Atlântica, na maioria das regiões onde o programa se desenvolveu. O oferecimento de um processo interativo com credibilidade nacional e internacional representou uma plataforma para a maioria dessas expectativas. Mais ainda pelo fato do processo ter sido tratado com toda a franqueza e transparência. Nesse contexto a ação entusiasmada das ONGs e o apoio da imprensa, na ocasião, foram muito significativos.

A proximidade da realização da Conferência RIO-92 trouxe um "espírito ambientalista" ao país que também muito contribuiu para os avanços deste processo. A Convenção da Biodiversidade e a divulgação da importância do patrimônio genético da Mata Atlântica assim como a consolidação de informações deste gabarito fortaleceram esta empreitada. Há alguns anos, por exemplo, estudos dados à luz pelo Centro de Pesquisa do Cacau e pelo Jardim Botânico de Nova York informam da existência de 450 diferentes espécies arbóreas encontradas em um só hectare de Mata Atlântica, no Sul do Estado da Bahia. No Estado do Espírito Santo registrou-se a ocorrência de 476 espécies lenhosas por hectare na Reserva de Santa Lúcia, no Município de Santa Teresa. É a maior diversidade de árvores até hoje registrada em todo o planeta.

Os recursos do Banco Mundial e a consolidação da legislação, sem dúvida, são elementos importantes. Fato novo experimentado com êxito, como mencionado, foi o lançamento de uma compensação pecuniária por perda do Imposto de Circulação de Mercadorias, o chamado ICMS ecológico. Em alguns estados, os municípios com mais que determinada percentagem de seu território coberta por áreas protegidas passaram a receber uma compensação financeira por perda de impostos a que a conservação da natureza obrigou. Em certos casos a renda municipal chegou a dobrar com essa compensação e preservar passou a ser lucrativo.

Os fatores adversos também não foram poucos. O principal seria a falta de estrutura da maioria das administrações estaduais e mesmo federal para fazer valer de fato as leis ambientais. Serve também como exemplo de problema complexo a falta de compreensão ainda arraigada na maioria da população e em muitos políticos sobre a importância da conservação da biodiversidade.

O crescimento das populações resulta em aumento da pressão sobre os recursos naturais. O crescimento dos problemas econômicos e sociais também fazem da natureza uma alternativa para a subsistência. Há quem afirme que o processo de globalização pelo qual o Brasil enveredou recentemente tem acirrado a competição



em todos os níveis econômicos e conseqüentemente a pressão sobre os recursos naturais.

Globalmente o principal problema que temos é a falta de compreensão dos agentes internacionais sobre a relevância da Mata Atlântica. A maioria dessas agências só se interessa pela Amazônia. Agradecemos esse interesse que é imprescindível. Só que lutamos para salvar uma das florestas tropicais mais ameaçadas do mundo e precisamos muito de ajuda. A Amazônia é hoje a floresta tropical que detém a maior percentagem de remanescentes de sua flora original. Sua grandiosidade desperta um interesse legítimo que porém não deve ser excludente.

Adaptações feitas durante o desenvolvimento da iniciativa.

Uma mudança negativa ocorrida na condução do já mencionado Programa Nacional do Meio Ambiente-PNMA causou-nos grandes problemas. Sem que houvesse nenhuma explicação razoável a coordenação desse Programa resolveu não estender os benefícios do financiamento além dos 5 Estados da Mata Atlântica contemplados inicialmente. Feriu assim compromissos assumidos anteriormente. Isto obrigou os demais estados a tentar a busca de recursos em outras fontes sendo que muitos deles ainda não encontraram a saída para esse dilema fundamental.

Tivemos que, em função da diminuição de financiamentos, reduzir o número de seminários e reuniões nacionais. Passamos então a tratar de questões de interesse comum através da publicação da série destes nossos cadernos. Verificamos também que uma idéia aprovada inicialmente, de manter Câmaras Técnicas Regionais, não estava dando resultado pois já estávamos com um número grande de fóruns. Resolvemos portanto esquecê-las ou adiá-las para o momento. Mesmo nossos Comitês Estaduais mostraram-se eficientes onde havia projetos, ou seja financiamento. Onde não ocorria trabalho real não houve estímulo ao desenvolvimento de muitos debates.

Por fim percebendo o grande desafio que representa a área de abrangência da nossa Reserva da Biosfera resolvemos, como já dito, optar pela estratégia de áreas piloto que tem se mostrado interessantes e em vários casos já se consolidam com firmeza.

Fatores que afetam a sustentabilidade do trabalho.

O principal fator de preocupação quanto à sustentabilidade desta trabalho é a perda de interesse político pela questão ambiental após a Conferência RIO-92. Disto também resultou uma grande instabilidade do setor ambiental no nível Federal. Além disso as forças econômicas interessadas na exploração indevida da natureza tomaram consciência plena dos grandes avanços obtidos na legislação de conservação e passaram a bloquear qualquer nova iniciativa preservacionista. Começaram também a culpar os ambientalistas por todo e qualquer problema econômico que tivessem.

Durante as reuniões do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica os embates muito acalorados podem levar a dificuldades de aproximação entre posições extremadas. É preciso muita cautela e paciência para se alcançar a coalizão de forças antagônicas. Valorizar os interesses que elas tem em comum não é tarefa fácil.

Houve também, no Brasil, uma recente mudança das forças políticas para uma situação mais conservadora o que prejudicou a luta ambiental. Lembrem-se que há cinco anos atrás o responsável pelo setor nacional era o ambientalista José Lutzemberger que mesmo sem experiência administrativa prévia alcançou grandes conquistas como, por exemplo, a publicação dos dispositivos que resultaram no Decreto 750/93 de defesa da Mata Atlântica.

Quando o Governo atual propôs a redução da área de abrangência desse decreto em flagrante retrocesso, coube à sociedade civil a defesa de suas conquistas. Tivemos então participação ativa na realização de um workshop científico sobre a área de abrangência da



Mata Atlântica que devolveu a defesa desta floresta ao seu devido patamar. Está havendo, no momento, uma perda de interesse ou diminuição de apoio por parte da imprensa, possivelmente pela falta de pressões maiores da sociedade organizada.

Fatores que afetam a reaplicação e o aumento de escala.

No nosso caso a iniciativa de um outro grupo de criar uma Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo trouxe alguns problemas. Eles inicialmente queriam seccionar nosso principal corredor de floresta e criar uma Reserva independente. Depois de muitos meses de negociações concluímos por integrar nossos esforços. Hoje nossas relações estão não só pacificadas como em sua fase mais produtiva.

Outro elemento de dificuldade é a grande área de nossa abrangência territorial. Isto também leva a diferentes situações político econômicas e sócio-culturais que dificultam a homogeneização e integração de programas.

Fato interessante é que esta proposta gerou outras semelhantes. Assim se declarou também a fase I de uma Reserva da Biosfera do Cerrado. Colaboramos ainda na proposta, já terminada, da Reserva da Biosfera da Amazônia Central que só aguarda o sinal verde do Governo Federal para ser encaminhada à UNESCO. Participamos ativamente na formulação de um Programa Integrado de Conservação e Desenvolvimento Sustentado da Cordilheira dos Andes que se baseou em muitas destas nossas experiências. Teríamos então o zoneamento das Costas Leste e Oeste do Continente Sul-Americano. Esse seria um corredor biológico que pela Cordilheira poderia subir até a América do Norte. Infelizmente a iniciativa andina ainda não chegou ao amadurecimento que essa grandiosa cadeia de montanhas merece.

Principais lições aprendidas para tornar efetivo o manejo do ecossistema.

O envolvimento da comunidade, seja ela urbana, rural, moderna ou tradicional é de total importância. Sem o entendimento, o apoio, a participação e a colaboração da população nenhum projeto tem sustentabilidade. Também é de grande importância o envolvimento das Municipalidades. E isto tudo requer conhecimento, técnica e trabalho específico.

É muito importante que se tenha uma visão realista das necessidades e dos desejos de cada um dos segmentos sociais envolvidos, portanto, é preciso estar constantemente dialogando com o mundo real. Para operar com esta premissa o financiamento é fundamental.

Principais lições aprendidas no tratamento de projetos de ecossistemas.

É necessário grande conhecimento de campo e sensibilidade para poder interferir de forma correta na natureza. É preciso haver também grande flexibilidade para responder aos inúmeros elementos requeridos. Parcerias, determinação e paciência são moedas fortes neste tipo de programa.

Na maioria dos casos é importante encontrar o momento certo de atuação para não perder a oportunidade nem deixar ultrapassar o tempo de maturação de uma iniciativa. Quase sempre há dificuldade de compreensão quanto às finalidades e objetivos. O processo de educação e comunicação é uma constante e necessária repetição. Também requerem permanente reavaliação, diálogo e reaperefeçoamento.



Principais lições aprendidas para o envolvimento de comunidades.

É preciso usar a linguagem das comunidades de forma clara compreensível e correta. Os tempos desses agrupamentos sociais na maioria dos casos diferem dos tempos políticos. É necessário compreender estas realidades e buscar as adaptações possíveis. Sempre é produtivo o uso de completa sinceridade e de projetos com efeito de demonstração.

Deve-se procurar atender a maior parte possível dos interesses dessas comunidades. Ao mesmo tempo é contraproducente despertar expectativas exageradas e nunca se deve fazê-las interessar-se por algo que não possa ser cumprido.

Todo o trabalho com ecossistemas tem necessariamente que levar em conta os mais avançados conhecimentos sobre a área. Para isto a interação com a comunidade acadêmica deve ser constante.

C - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Significados gerais para o Manejo de Ecossistemas

Ações sobre grandes problemas de conservação requerem um amplo e cuidadoso planejamento político e o envolvimento crescente de pessoas e de setores da sociedade. É preciso que haja mudanças de entendimento da classe dirigente sobre a questão ambiental e a definição clara de políticas com precisa discriminação de objetivos, cronogramas e financiamentos.

Problemas complexos, de ampla distribuição geográfica, requerem escalas apropriadas de tratamento. As escalas devem ser corretamente equacionadas espacial, política, financeira e mentalmente. Mudanças de mentalidade requerem esforços compatíveis com o desafio.

A cooperação entre as forças de conservação e de produção é de grande importância. Isto já está assentado desde o relatório da Comissão Brundtland, Nosso Futuro Comum. Alcançar esta meta requer muita habilidade, compreensão, entendimento, flexibilidade e diálogo. Definir campos de interesse comum e trabalhar neles deixando de lado as divergências históricas pode ser um caminho razoável.

Não há a possibilidade de se consolidar a conservação da natureza, especialmente em países do 3º. mundo, sem que haja a participação da comunidade. Para isto o desenvolvimento sustentável é a única saída. É importante encontrar alternativas e exemplos para comprovar as teses de harmonização entre desenvolvimento e conservação.

O envolvimento das forças atuantes nas regiões, dos Conselhos Municipais, das prefeituras, das empresas é a forma mais eficiente de trabalhar uma questão. As vantagens legais e fiscais como o Imposto de Circulação de Mercadorias Ecológico mencionado, o desenvolvimento do ecoturismo controlado são exemplos de alternativas eficazes para atraí-las.



A reabilitação de áreas degradadas de uma floresta tropical implica em conhecimento e ações que necessitam longo tempo de maturação, experiência e trabalho. Precisa de informação e pesquisa constante. O conhecimento científico é base essencial para o avanço, com segurança, em qualquer trabalho de conservação e o único sustentáculo que pode garantir plenamente a eficácia de qualquer iniciativa.

O trabalho mais significativo desta Reserva da Biosfera da Mata Atlântica tem sido o de buscar, de forma integrada, a abertura de oportunidades de informação e de financiamento para todos os seus parceiros. Esta busca baseia-se também na formulação de metodologia de definição de projetos e das ações mais apropriadas. A divulgação de experiências bem sucedidas e de projetos viáveis tem se demonstrado um caminho que desperta o interesse de praticamente todos os envolvidos.

Recomendações

É necessário um maior empenho do Governo Federal e de muitos dos Estados para se envolverem de forma produtiva neste processo. Até hoje muitos dos governos instituídos têm participado de maneira apenas periférica do processo desta Reserva o que é prejudicial para todos. É preciso encontrar a forma de alcançar essa maior atenção das organizações oficiais.

Da mesma maneira é preciso alcançar a maior participação dos municípios neste processo. Os entendimentos realizados nas Áreas Piloto tem se demonstrado o melhor caminho para se atingir este objetivo. O diálogo constante e produtivo ocorre com mais facilidade quando existem ações de interesse comum.

Implantar de fato as Áreas Piloto é o desafio executivo de maior prioridade do momento. Em muitos casos faltam ainda planos de ação para essas áreas com definição clara de objetivos, cronogramas, financiamento e etc.

Alcançar o envolvimento mais amplo das comunidades científicas e de moradores é outro desafio. Esta meta depende de operacionalidade o que poderá ser alcançado também nas Áreas Piloto. Há no entanto um nível de participação que se dá em escala global. Para isto é importante a realização de amplos debates sobre os objetivos desta Reserva. A discussão ampla sobre o desenvolvimento sustentável e a sistematização do conhecimento científico colocando-o à disposição da conservação são alguns dos exemplos de ações que devem ser permanentemente realizadas.

Buscar, por todos os meios, a sustentabilidade do sistema de gestão da Reserva da Biosfera almejando as parcerias que garantam sua operacionalidade. É importante para isto que se tenha como essencial a manutenção de um sistema de informação e comunicação entre todos os agentes que participam deste processo.

Consolidar as parcerias internacionais de apoio à esta Reserva, tendo em mente também que o MaB-UNESCO deve desempenhar o seu papel de órgão agregador de iniciativas e experiências semelhantes.

Garantir a continuidade da colaboração da UNESCO, da rede de ONGs da Mata Atlântica, do Ministério do Meio Ambiente e em especial da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo que tem sido fundamental à consolidação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Pleitear combativamente pela implantação de todas as áreas protegidas da Mata Atlântica ampliando-as sempre que for necessário. Garantir a conservação e a recuperação dos corredores ecológicos desta floresta essenciais à manutenção de sua biodiversidade.

Continuar a luta pela consolidação da legislação de proteção de Mata Atlântica em nível federal e em todos os demais. Exigir sua aplicação. Alcançar, impreterivelmente até as comemorações do 5º Centenário do Descobrimento, o tombamento a nível nacional dos remanescentes mais expressivos da Mata Atlântica como uma das



formas de compensar a brutal devastação sofrida por esse bioma.

Ampliar de forma agressiva, porém civilizada, a busca do entendimento por todas as classes da sociedade sobre o significado e a importância desta Reserva da Biosfera e da Mata Atlântica.

QUADRO

Representação no Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Membros Governamentais

FEDERAIS

- Ministério do Meio Ambiente
- IBAMA-Diretoria de Ecossistemas
- IBAMA-Diretoria de Rec. Naturais
- Jardim Botânico do R. de Janeiro

ESTADUAIS

Região Nordeste

- Estado do Ceará
- Estado do Rio de Janeiro
- Estado da Paraíba
- Estado de Pernambuco
- Estado de Alagoas
- Estado de Sergipe
- Estado da Bahia

Região Sudeste

- Estado de Minas Gerais
- Estado do Espírito Santo
- Estado do Rio de Janeiro
- Estado de São Paulo

Região Sul

- Estado do Paraná
- Estado de Santa Catarina
- Estado de Rio Grande do Sul

MUNICIPAIS

- Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente

Membros Não Governamentais

Região Nordeste

- Comunidade Científica
- Comunidade Científica
- ONG - Ambientalista
- ONG - Ambientalista
- Comunidade Residente
- Pescadores Artesanais
- Comunidade Urbana

Região Sudeste

- Comunidade Científica
- Comunidade Científica
- ONG - Ambientalista
- ONG - Ambientalista
- Comunidade Residente
- Pequenos Agricultores
- Movimento em defesa dos rios

Região Sul

- Comunidade Científica
- Comunidade Científica
- ONG - Ambientalista
- ONG - Ambientalista
- Comunidade Residente
- Pequenos proprietários rurais
- Pequenos empresários

Setor Empresarial

- Um representante convidado



ANEXO

Publicações e relatórios já realizados pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

FOLHETOS

Área de Proteção Ambiental - APA Federal da Serra da Mantiqueira - 1991.

Luta pela Preservação da Serra da Mantiqueira. Frente em Defesa da APA da Mantiqueira - FEDAPAM

Consórcio Mata Atlântica/Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA - SP.

Floresta Atlântica - Reserva da Biosfera - 1992.

Consórcio Mata Atlântica

Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Paraná - SMA-PR.

Consórcio Mata Atlântica - 1992 - Áreas Remanescentes da Mata Atlântica.

Governo do Estado de São Paulo

SMA - SP

Conservation International - CI

Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. - 1992 (Português-Inglês)

Consórcio Mata Atlântica

Secretaria de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM-MG

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM-MG

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - 1992. - (Português-Inglês)

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica-CNRBMA

Governo do Espírito Santo

Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEAMA - ES

União Mundial para a Conservação - UICN

World Wild Life Fund - WWF

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - Programa "Man and Biosphere" - MaB - Unesco
Fundação SOS Mata Atlântica
SMA - SP.

Preservando a Vida - 1997.

CNRBMA

BRISTOL-Myers Squibb Brasil.

CARTAZES

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1992 - (Português - Inglês)

Consórcio Mata Atlântica

Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEAMA - ES

UNICAMP

Programa O Homem e a Biosfera MaB - UNESCO

UICN

WWF - Fundo Mundial para a Conservação

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1994

Consórcio Mata Atlântica

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza - FBCN

Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA

MaB - UNESCO.

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1996

CNRBMA

SMA - SP

Fundação SOS Pró Mata Atlântica

MaB - UNESCO

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos



ANAIIS DOS SEMINÁRIOS

1º Seminário Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica 10/13 Dez. 1991 – UNICAMP - Campinas - SP.

Patrocínio:

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Renováveis - IBAMA

Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

SMA - SP

UICN

WWF.

2º Seminário Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - 15 a 18 Dez. 1992 - Belo Horizonte - MG.

Promoção:

Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - MG,

Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM

Consórcio Mata Atlântica

Apoio:

Universidade Federal de Minas Gerais

MaB-UNESCO

IBAMA

Fundo Nacional para o Meio Ambiente - FNMA

3º Seminário Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - 17 a 20 de Nov. 1993 - Rio de Janeiro - RJ.

Patrocínio:

CI

FINEP

Fundação Mac Arthur

FNMA

Varig

Coca Cola.

4º Seminário Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - Região Nordeste 28/30 nov.1994 - Olinda - PE, Região Sul 06/08 nov. 1995 - P. Alegre - RS, e Região Sudeste - 15/17 abr. 1996 - Santa Tereza - ES.

Apoio:

SMA -SP

Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM - RS

Fundação do Meio Ambiente - FATMA - SC

Instituto Ambiental de Pesquisa

Secretaria de Desenvolvimento Sustentável - SEDESU - ES

Sociedade Nordestina de Ecologia - SNE

Fundação SOS Mata Atlântica

Convênio Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM-GTZ

Museu de Biologia Prof. Mello Leitão - ES

Programa O Homem e a Biosfera MaB-UNESCO

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

RELATÓRIOS DE TRABALHOS

Relatório de Atividades e Principais Resoluções da 1ª Reunião do Grupo de Coordenação, Campinas - SP – 1991, Consórcio Mata Atlântica e Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Proposta de Reconhecimento dos Remanescentes da Mata Atlântica como Reserva da Biosfera da UNESCO - Fase I - (Português e Inglês) - Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Relatório) São Paulo - SP, Consórcio Mata Atlântica – 1991.

Proposta de Reconhecimento dos Principais Remanescentes da Mata Atlântica como Reserva da Biosfera da UNESCO - Fase II - (Português e Inglês) - Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (Relatório), São Paulo - SP, Consórcio Mata Atlântica – 1991.

Proposta de Reconhecimento dos Remanescentes da Mata Atlântica como Reserva da Biosfera da UNESCO - Fase III - (Por-



tuguês e Inglês) - Estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Relatório). São Paulo - SP, Consórcio Mata Atlântica – 1992.

Proposta de Reconhecimento dos Remanescentes da Mata Atlântica como Reserva da Biosfera da UNESCO - Fase IV - (Português e Inglês) - Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, (Relatório), São Paulo - SP, Consórcio Mata Atlântica, Sociedade Nordestina de Ecologia - SNE – 1992.

Relatório de Atividades Técnicas do ano de 1994, elaborado pelo Consórcio Mata Atlântica.

Relatório de Atividades Técnicas do ano de 1995, elaborado pelo CNRBMA.

Relatório de Atividades Técnicas do ano de 1996, elaborado pelo CNRBMA.

SÉRIE CADERNOS

- Caderno 1

A Questão Fundiária - Roteiro para Solução dos Problemas das Áreas Protegidas - São Paulo-SP, Consórcio Mata Atlântica e CNRBMA, Instituto Florestal de São Paulo-SP, CI, UNICAMP, Mab-UNESCO – 1994.

- Caderno 2

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - Roteiro para o Entendimento de seus Objetivos e seu Sistema de Gestão - São Paulo-SP, Consórcio Mata Atlântica e CNRBMA, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental-CETESB, Fundação MacArthur, MaB - UNESCO – 1995.

Caderno 3

Recuperação de Áreas Degradadas da Mata Atlântica - Uma experiência da CESP-Companhia Energética de São Paulo, Consórcio Mata Atlântica, CNRBMA, SMA-SP, CESP-Companhia Energética de São Paulo, Fundação MacArthur, MaB-UNESCO – 1996.

- Caderno 4

Plano de Ação para a Mata Atlântica - Roteiro para a conservação de sua biodiversidade, (no prelo), São Paulo-SP, CNRBMA, SMA-SP, Fundação Florestal do Estado de São Paulo – 1996.

- Caderno 5

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, São Paulo - SP, CNRBMA, SMA, CETESB, Fundação Florestal do Estado de São Paulo, IF-SP e Fundação SOS Mata Atlântica – 1997.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Mata Atlântica: ciência, conservação e políticas - Belo Horizonte, 22 e 23 de janeiro de 1996.

Workshop Científico sobre a Mata Atlântica

CI - Conservation International

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Fundação Biodiversitas

Fundação O Boticário de Proteção à Natureza

Fundação Nacional de Ação Ecológica

Fundação SOS Mata Atlântica

Grupo de Trabalho em Biodiversidade

Instituto Sócio Ambiental - ISA

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - MG

Secretaria de Meio Ambiente SMA-SP

Sociedade Nordestina de Ecologia

Plano de Ação para a Mata Atlântica - Plano de Ação, vol. I - Referências Básicas e vol. II - Projetos, Campinas - SP – 1992

Consórcio Mata Atlântica

UNICAMP



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Estratégia Mundial para a Conservação - Elaborada pela UICN com assessoria, cooperação e apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e WWF, com a colaboração da FAO/UNESCO – 1984.

Mapa Florestal do Brasil, Luiz Felipe Gonzaga de Campos do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil de 1912 – Edição fac-símile SMA-SP – 1987.

Nosso Futuro Comum - Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Publicado pelo Instituto de Documentação da Fundação Getúlio Vargas/Editora da Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro – 1988.

Reunião Nacional sobre a Proteção dos Ecossistemas Naturais da Mata Atlântica/Workshop Mata Atlântica - Problemas, Diretrizes e Estratégias de Conservação (anais), Atibaia - SP, Fundação SOS Mata Atlântica, WWF, CI, The Nature Conservancy – 1990.

Plano de Ação para a Mata Atlântica, Ibsen de Gusmão Câmara, São Paulo - SP, Fund. SOS Mata Atlântica, Dixie Lalekla, WWF – 1991.

A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (relatório), Região da Grande São Paulo e Municípios do Entorno, Reserva da Biosfera IF-SP/SMA-SP – São Paulo - SP – 1991.

Agenda 21 - Versão reduzida do principal documento de Conferência Rio 92 - Revista Brasileira de Informação Ambiental - Rio de Janeiro – 1993.

A Ferro e Fogo - A História da Devastação da Mata Atlântica Brasileira - Warren Dean - Cia. das Letras - 1ª. Edição, São Paulo – 1996.

O **Professor Luiz Felipe Gonzaga de Campos** nasceu no dia 21 de junho de 1856 na cidade de São Luiz do Maranhão. Formou-se engenheiro de minas na Escola de Ouro Preto. Integrou a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo a convite do professor Orville Derby onde foram notáveis seus trabalhos sobre cartografia e geologia. Pesquisou jazidas carboníferas e de diamantes em várias regiões do país. Integrou o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil tendo chegado à sua direção em 1915.

Aí deu início às primeiras sondagens para a pesquisa de petróleo e de várias outras jazidas estratégicas do país. Patrocinou o estudo metódico e prático das quedas d'água. Propugnou pela elaboração de uma lei de minas mais ampla para o Brasil, o que foi alcançado em 1921. Faleceu no dia 9 de junho de 1925.

O primeiro esforço significativo feito no Brasil para integrar o movimento internacional de criação de um sistema de áreas naturais protegidas foi obra sua. Esse cientista brasileiro editou em 1912, através do Serviço Geológico e Mineralógico, um importante livro intitulado "Mapa Florestal do Brasil" que, como o nome sugere, é acompanhado de um mapa das matas e campos do Brasil na escala de 1:5.000.000.

De lá para cá foram criados no país 35 Parques Nacionais, 23 Reservas Biológicas, 6 Reservas Ecológicas e 21 Estações Ecológicas, com um total de 15 milhões de hectares de áreas protegidas em nível federal. Se somarmos a essas unidades de conservação todas aquelas já decretadas a nível estadual e municipal, sem contar as particulares, chegaremos a mais de 500, sendo que cerca de 300 delas ao longo da Mata Atlântica.

O "Mappa Florestal do Brasil" é o primeiro estudo abrangente feito no país com uma descrição detalhada de nossos diferentes ecossistemas e o estágio de conservação de cada um, com a expressa intenção de subsidiar as autoridades para a criação de um conjunto de parques nacionais. Tal como vinha ocorrendo em outros países, tinha como finalidade a conservação de beleza natural e de bons exemplos da natureza ainda intacta, antes de sua destruição pelo desenvolvimento humano.